



SICOOB

Central das Cooperativas de
Crédito do Brasil Central, Amazônia
Occidental e Município de Ubá.

Demonstrações

Financeiras 31 de
dezembro 2016

Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá. Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016.

CONTEÚDO

Relatório dos Auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de sobras ou perdas	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstração do fluxo de caixa	8
Notas explicativas às demonstrações financeiras	9

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Ao Conselho de Administração e Associadas da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá.
Goiânia, GO

Prezados

Senhores:

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil-BACEN, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

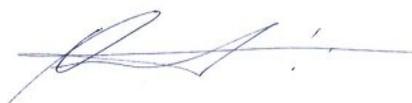
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central das Cooperativas de Crédito do Brasil Central, Amazônia Ocidental e Município de Ubá em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Goiânia, 23 de março de 2017.

IDEA Auditores
Independentes CRC-GO
1106/O



Alexandre Lôbo Dantas
Contador CRC GO 12.517



Jackson Lara Ribeiro
Contador CRC GO 12.068



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL.AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI

CNPJ: 04.243.780/0001-51

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DE 2015

Valores em Reais (R\$)

ATIVO				PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Discriminação	NOTA	2016	2015	Discriminação	NOTA	2016	2015
<u>Circulante</u>		<u>809.662.750</u>	<u>520.748.887</u>	<u>Circulante</u>		<u>774.553.799</u>	<u>502.856.288</u>
Disponibilidades	3c	628.003.992	378.855.137	Depósitos	12	-	999.312
Títulos e Valores Mobiliários	04	180.019.017	131.152.875	Depósitos à Vista		-	999.312
Relações Interfinanceiras	05	-	468.418	Relações Interfinanceiras	13	762.480.743	477.525.291
BACEN- Outros Depósitos		-	457.394	Obrigações por Empréstimos e Repasses	14	-	80.880
Centralização Financeira	3c	-	11.024	Outras Obrigações	15	12.073.056	24.250.806
Operações de Crédito	06	335.878	4.058.998				
Operações de Crédito - Setor Privado		345.104	4.098.824				
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa		(9.226)	(39.826)				
Outros Créditos	07	1.227.639	6.105.677				
Outros Valores e Bens	08	76.224	107.783				
<u>Não Circulante</u>		<u>19.425.986</u>	<u>17.750.183</u>	<u>Patrimônio Líquido</u>		<u>54.534.938</u>	<u>35.642.782</u>
Realizável a Longo Prazo		722.205	631.578	Capital Social	17a	45.395.789	34.255.527
Operações de Crédito	06	-	67.355	Reservas Legal	17b	1.320.446	418.771
(-)Provisão para operações de crédito liq. Duvidosa	06	-	(337)	Reservas Especias		5.113.678	605.303
Outros Créditos	07	722.205	564.560	Sobras Acumuladas	17c	2.705.025	363.182
Investimentos	09	16.432.989	14.218.909				
Imobilizado de uso	10	1.991.537	2.576.225				
Intangível	11	279.255	323.472				
TOTAL DO ATIVO		829.088.736	538.499.071	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		829.088.736	538.499.071

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBAÍ – SICOOB-UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstração das Sobras e Perdas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2016	2016	2015
INGRESSOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	53.841.322	91.427.660	62.771.055
Operações de Crédito	35.979	224.385	475.309
Rendas de Aplicações	39.011.210	68.381.797	42.763.293
Títulos e valores mobiliários	9.879.025	17.846.511	19.345.572
Ingressos de Depósitos Intercooperativos	4.915.108	4.917.709	-
Rendas de Participações	-	57.258	186.882
DISPENDIOS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(48.893.504)	(86.260.315)	(62.132.608)
Dispêndios de captação	(48.884.725)	(86.251.536)	(62.108.291)
Resultado Negativos com Títulos Renda Fixa	-	-	(521)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(8.778)	(8.778)	(23.795)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	4.947.818	5.167.345	638.447
OUTROS INGRESSOS/RECEITAS E DISPENDIOS/DESPESAS OPERAC.	634.484	9.047.992	588.538
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	28.246	214.137	881.833
Dispêndios/Despesas de Pessoal	(3.125.551)	(6.284.866)	(5.205.685)
Outros Dispêndios/Despesas Administrativas	(1.237.394)	(2.782.491)	(3.485.685)
Dispêndios/Despesas Tributárias	(21.826)	(46.945)	(34.123)
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	(292.038)	(618.597)	(462.279)
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	5.283.048	18.566.753	8.894.477
RESULTADO OPERACIONAL	5.582.302	14.215.337	1.226.985
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	12.010	11.968	(20.845)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO S/ SOBRAS E PARTICIP.	5.594.312	14.227.306	1.206.141
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(3.843)	(3.843)	-
Provisão para Imposto de Renda	(1.801)	(1.801)	-
Provisão para Contribuição Social	(2.042)	(2.042)	-
RESULTADO ANTES DOS JUROS AO CAPITAL / INCORPORAÇÃO	5.590.469	14.223.462	1.206.141
Juros Sobre o Capital Próprio	(5.198.999)	(5.198.999)	-
Sobras Incorporação Central Amoc	-	-	4.894
RESULTADO ANTES DAS DESTINAÇÕES	391.470	9.024.463	1.211.035
PARTICIPAÇÃO ESTATUTÁRIA NAS SOBRAS	(6.319.438)	(6.319.438)	(847.424)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	(909.388)	(909.388)	(121.061)
Reserva Legal	(901.675)	(901.675)	(121.061)
Reserva Estatutária	(4.508.375)	(4.508.375)	(605.303)
SOBRAS / (PERDAS) DO EXERCÍCIO / SEMESTRE	(5.927.968)	2.705.025	363.611

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	Capital Social	Reserva Legal	Reserva Especial	Sobras/ Perdas() Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	20.440.957	247.707	207.490	105.004	21.001.157
Integralizações/Subscrições de Capital	10.333.881	-	-	-	10.333.881
Incorporação de Capital por Incorporação AMOC	3.480.689	-	-	-	3.480.689
Incorporação de Sobras Central Amoc	-	50.004	-	-	50.004
Incorporação de Sobras	-	-	105.433	(105.433)	-
Sobras	-	-	-	1.211.035	1.211.035
Implantação de Fundo de Reserva por Incorporação AMOC	-	-	54	-	54
Acerto de Exercícios Anterior (2014)	-	-	(25)	-	(25)
Diminuição do Fundo de Reservas com destinações confe CA	-	-	(312.952)	-	(312.952)
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	121.061	-	(121.061)	-
Reserva Especial	-	-	605.303	(605.303)	-
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(121.061)	(121.061)
Saldos em 31 de dezembro de 2015	34.255.527	418.771	605.303	363.182	35.642.782
Saldos em 31 de dezembro de 2015	34.255.527	418.771	605.303	363.182	35.642.782
Integralizações/Subscrições de Capital	6.829.945	-	-	-	6.829.945
Sobras	-	-	-	9.024.463	9.024.463
Devolução de Capital	(780.226)	-	-	-	(780.226)
Incorporação de Juros ao Capital	5.090.543	-	-	-	5.090.543
Destinação das Sobras:	-	-	-	-	-
Reserva Legal	-	901.675	-	(901.675)	-
Reserva Especial	-	-	4.508.375	(4.508.375)	-
Distribuições de Sobras	-	-	-	(363.182)	(363.182)
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social	-	-	-	(909.388)	(909.388)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.395.789	1.320.446	5.113.678	2.705.025	54.534.938

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB-UNI
CNPJ: 04.243.780/0001-51

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015

Valores em Reais (R\$)

Discriminação	2º Semestre 2016	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	69.792.432	234.907.347	147.446.256
Sobras / (Perdas) ajustadas	(5.736.905)	3.045.558	686.925
Sobras do Exercício	(5.927.968)	2.705.025	363.611
Depreciações	102.741	210.320	243.061
Amortizações	76.084	161.149	56.504
Provisão para Operações de Crédito Liq. Duvidosa	12.238	(30.937)	23.750
(Aumento) redução nos Ativos	(58.580.471)	(39.835.721)	(1.728.167)
Títulos e Valores Mobiliários	(62.663.410)	(48.866.143)	(1.828.574)
Relações Interfinanceiras	-	457.394	5.896.099
Operações de Crédito	489.830	3.821.075	(883.574)
Outros Créditos	3.535.964	4.720.393	(4.889.017)
Outros Valores e Bens	57.145	31.559	(23.101)
Aumento (redução) nos Passivos	134.109.808	271.697.510	148.487.498
Depósitos	-	(999.312)	999.312
Outras Obrigações	(2.398.878)	(12.177.751)	3.527.099
Relações Interfinanceiras	136.508.685	284.955.452	143.880.233
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(80.855)	80.855
Relações Interdependências	-	(25)	-
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(560.734)	(1.956.646)	(4.386.570)
Aumento dos Investimentos	(1.007.082)	(2.214.080)	(3.331.937)
Aquisições do Imobilizado	493.568	374.367	(992.902)
Intangível	(47.220)	(116.933)	(61.731)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	13.654.316	16.187.130	14.278.014
Integralizações de Capital	4.297.128	6.829.945	10.333.881
Incorporação de Cotas de Capital	-	-	3.480.689
Incorporação de Sobras	-	-	50.004
Implantação de Fundo de Reserva por Incorporação AMOC	-	-	54
Acerto de Exercícios Anterior (2014)	-	-	(25)
Devolução de Capital	(780.224)	(780.226)	-
Reserva Legal	901.675	901.675	121.061
Reserva Especial	4.508.375	4.508.375	605.303
Diminuição do Fundo de Reservas com destinações confe CA	-	-	(312.952)
Juros ao Capital	5.090.543	5.090.543	-
Distribuições de Sobras	(363.182)	(363.182)	-
Demonstração da variação do caixa e equivalentes de caixa (depósitos bancários e títulos e valores mobiliários)	82.886.013	249.137.831	157.337.700
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / Semestre	545.117.979	378.866.161	221.528.461
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício / Semestre	628.003.992	628.003.992	378.866.161
(Diminuição) Aumento do caixa e equivalentes de caixa	82.886.013	249.137.831	157.337.700

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONAS OCIDENTAL E
MUNICÍPIO DE UBÁ

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31
DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores em reais (R\$)

1. Contexto Operacional

A CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL, AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ -

SICCOB UNI, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de agosto de 2000, filiada à CCC BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL MUNIC UBÁ – SICCOB UNI e componente da

Confederação Nacional das Cooperativas do SICCOB – SICCOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, tendo sido aprovada pela Administração ou pelo conselho de administração.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Central incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos Contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/12; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/08; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/08; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/09; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/11; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/11; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/11; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/09, CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 1.376/11, CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/15, CPC 04 (R1) - Ativo Imobilizado - Resolução CMN nº 4.535/16 e CPC 02 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis – Resolução CMN nº 4.524/16.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e

passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério “pro-rata temporis” e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para passivos contingentes, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Disponibilidades	628.003.992	378.855.137
Centralização Financeira - Cooperativas	-	11.024
TOTAL	628.003.992	378.866.161

d) Aplicação em títulos e valores mobiliários

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interbancários –

CDI, na Caixa Econômica Federal.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível “H” permanecem nessa classificação por 6 meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a Central Sicoob UNI questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por ações do Bancoob e cotas de capital do Sicoob Confederação. Avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a Central Sicoob UNI tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2016 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2016

u) Apresentação demonstrações contábeis 2015

As demonstrações contábeis 2015, apresentadas para fins de comparação, tiveram contas reclassificadas para melhor apresentação.

Os valores reclassificados não impactaram no resultado e no total do ativo 2015.

4. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Título de Renda Fixa	-	3.315.791
Cotas de Fundos de Investimento	180.019.017	127.837.084
TOTAL	180.019.017	131.152.875

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bacen-Outros Depósitos	-	457.394
Centralização Financeira – Cooperativas (I)	-	11.024

TOTAL	-	468.418
-------	---	---------

(I) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB UNI conforme determinado no art. 24, da Resolução CMN nº 4.434/15.

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2016			31/12/2015
	Circulante	Não	Total	
Empréstimos	345.104	-	345.104	4.166.179
(-) Provisões para Operações de Crédito	(9.226)	-	(9.226)	(40.163)
TOTAL	335.878	-	335.878	4.126.016

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação		Empréstimo / TD	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016	Total em 31/12/2015	Provisões 31/12/2015
A	0,50%	Normal	45.104	45.104	299.816	(1.499)
B	1%	Normal	-	-	3.866.364	(38.664)
C	3%	Normal	300.000	300.000	-	-
Total Normal		345.104	345.104	(9.226)	4.166.179	(40.163)
Total Geral		345.104	345.104	(9.226)	4.166.179	(40.163)
Provisões		(9.226)	(9.226)	-	(40.163)	-
Total Líquido		335.878	335.878	-	4.126.016	-

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	345.104	-	-	345.104
TOTAL	345.104	-	-	345.104

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimo / Financiamento	31/12/2016	% da Carteira
Setor Privado - Serviços	345.104	345.104	100%
TOTAL	345.104	345.104	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Saldo Inicial	40.163	16.413
Constituições / Reversões	(30.937)	23.750
TOTAL	9.226	40.163

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2016	% Carteira Total	31/12/2015	% Carteira Total
Maior Devedor	300.000	86,93%	3.866.364	92,80%
10 Maiores Devedores	345.104	100,00%	4.166.179	100,00%
50 Maiores Devedores	345.104	100,00%	4.166.179	100,00%

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2016	31/12/2015
Circulante	1.227.639	6.105.677
Rendas A Receber	-	80.575
Diversos	1.227.639	6.025.102

Não	722.205	564.560
Depósitos em Garantia	722.205	564.560
TOTAL	1.949.844	6.670.237

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Despesas Antecipadas (I)	76.224	107.783
TOTAL	76.224	107.783

(I) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, por ações do BANCOOB e cotas de capital do Sicoob Confederação.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Bancoob (I)	12.429.084	10.484.962
Sicoob Confederação (II)	3.264.800	3.264.800
Unicred do Brasil (III)	15.000	15.000
Unicred Brasil Central Corretora Seguros Ltda (IV)	492.429	435.171
Cotas de participação na CNAC (V)	227.000	15.000
Marcas e Patentes	4.676	3.976
TOTAL	16.432.989	14.218.909

(I) Ações do Bancoob no montante de R\$ 12.429.084 distribuídas em 3.245.641 ações ordinárias nominais e em 2.810.645 ações preferenciais nominais.

(II) Filiação a Confederação Nacional do Sicoob com aquisição de quotas de capital do Sicoob, sendo o montante de R\$ 3.264.800.

(III) O investimento na empresa Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. é avaliado pelo método da equivalência patrimonial e os demais investimentos são avaliados pelo método de custo.

(IV) A Unicred Brasil Central Corretora de Seguros Ltda. não tem suas demonstrações financeiras auditadas. O patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2016 era de R\$ 621.291, cujo percentual de participação é de 99%.

(V) Referente a investimento na Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa (CNAC).

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015	Taxa
Terrenos	550.000	550.000	-
Edificações	1.055.441	1.609.612	4%
Instalações	103.288	106.039	10%
Móveis e equipamentos de Uso	318.304	311.420	10%
Sistema de Comunicação	124.570	117.127	10%
Sistema de Processamento de Dados	568.511	547.147	20%
Sistema de Segurança	25.894	21.627	10%
Sistema de Transporte	86.000	-	20%
(-) Total Depreciação Acumulada	(840.471)	(686.747)	-
TOTAL	1.991.537	2.576.225	

11. Intangível

Até a data-base 30/11/2016, registrava-se nesta rubrica os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares. De acordo com

a Circular BACEN

nº 3.791/2016, a partir de 01/12/2016, foi realizada a reclassificação dos saldos conforme natureza da operação e orientações contidas na Resolução 4.535 de 24/11/2016.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outros Ativos Intangíveis	684.259	580.121
(-) Amort. Acum. De Ativos Intangíveis	(405.004)	(256.649)
TOTAL	279.255	323.472

12. Depósitos

Composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos à vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de pro rata temporis, já a remunerações pré-fixadas são calculadas o prazo final das operações, tendo o valor futuro, a data do demonstrativo contábil, apresentado em conta redutora.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Depósito à Vista	-	999.312
TOTAL	-	999.312

Os depósitos, até o limite de R\$ 250 mil (duzentos e cinquenta mil), por CPF/CNPJ, estão garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), o qual é uma associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, regida pelo presente Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, conforme, constituído conforme Resoluções CMN nº4.284/13. As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito e os bancos cooperativos.

Descrição	31/12/2016	% Carteira	31/12/2015	% Carteira
Maior Depositante	455.812.999	59,79%	264.698.078	55,32%
10 Maiores Depositantes	762.415.013	100,00%	477.520.776	99,79%
50 Maiores Depositantes	762.415.013	100,00%	478.524.603	100,00%

13. Relações Interfinanceiras

Composto por depósitos efetuados pelas singulares na centralização financeira da Central Sicoob UNI, conforme determinação da Resolução 4.434 do Conselho Monetário Nacional. O valor dos depósitos é ajustado levando em consideração a rentabilidade auferida nos investimentos realizados de acordo com a política da Instituição aprovada pelo conselho de administração.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Centralização Financeira - Cooperativas	762.480.743	477.525.291
TOTAL	762.480.743	477.525.291

14. Obrigações por empréstimos e repasses

São registrados nesta conta as obrigações decorrentes de recursos obtidos junto a outras instituições no País.

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Outras Instituições - Bancoob	-	80.855
Cobrança de Terceiros em Trânsito	-	25
TOTAL	-	80.880

15. Outras Obrigações

a) Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Resultado de Atos com Associados (I)	1.083.881	346.017
Cotas de Capital a Pagar (II)	-	9.174.262
TOTAL	1.083.881	9.520.279

(I) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas

do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

(II) Refere-se às cotas de capital a devolver de associadas desligadas.

b) Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Impostos e contribuições a recolher	327.951	279.495
Provisão Para Riscos Fiscais	-	54.930
TOTAL	327.951	334.425

c) Diversas

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos (I)	214.524	196.088
Provisão para Pagamentos a Efetuar (II)	603.339	377.849
Provisão para Passivos Contingentes (III)	301.589	141.874
Credores Diversos – País (IV)	9.541.772	13.680.291
TOTAL	10.661.224	14.396.102

(I) Refere-se a provisão para pagamento de despesas com Fornecedores

(II) Refere-se a provisão para pagamento despesas com Pessoal, provisões diversas e Provisão dos juros ao capital.

(III) Refere-se a provisão para garantias prestadas.

(IV) Refere-se a pagamentos a serem processados.

16. Instrumentos financeiros

O SICOOB UNI opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

17 . Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado pelas cooperativas. De acordo com o Estatuto Social e cada cooperativa tem direito em um voto,

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Capital Social	45.395.789	34.255.527
Associados	9	13

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da

Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30/04/2016, foi deliberado que as sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, no valor de R\$ 363.182 foi distribuído as associadas de acordo com o saldo médio dos seus depósitos realizados ou mantidos durante o exercício findo da administração financeira centralizada.

d) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	2016	2015
Sobra líquida do exercício	9.024.463	1.211.035
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	7.713	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	9.016.750	1.211.035
Destinações estatutárias	6.311.725	847.424
Reserva legal - 10%	901.675	121.061
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 10%	901.675	121.061
Fundo de Reserva Especial 50%	4.508.375	605.303
Sobra à disposição da Assembleia Geral	2.705.025	363.611

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa provisionou juros ao capital próprio, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Resultado não operacional

Descrição	2016	2015
Outras Receitas não Operacionais	12.010	-
Prejuízos em Transações com Valores e Bens	(42)	-
Outras Despesas não Operacionais	-	(20.845)
Resultado	11.968	(20.845)

20. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas jurídicas filiadas a esta Central, e também a Confederação, as quais influenciam mensalmente para o resultado desta Instituição.

As operações com tais partes relacionadas caracterizam-se basicamente por:

a) Singulares

Na relação Central e filiais existem direitos e deveres. Dentre os direitos destacamos: propor ao Conselho de Administração ou à Assembleia Geral medidas de interesse geral ou da própria filial; votar e concorrer, nos termos dispostos no Estatuto e no Regimento Interno, aos cargos eletivos da CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB UNI; demitir-se da Central quando lhe convier; beneficiar-se dos serviços que CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB UNI estiver habilitada a prestar e nas condições que forem estabelecidas nos respectivos regulamentos; dentre os deveres destacamos: subscrever e realizar as quotas-partes do capital social na Central; satisfazer pontualmente seus compromissos financeiros com CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ – SICOOB UNI; participar da constituição do Fundo Garantidor de Depósito (FGD), participar da Centralização Financeira.

b) Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob

CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO DO BRASIL CENTRAL AMAZONAS OCIDENTAL E MUNICÍPIO DE UBÁ –

SICOOB UNI, em decisão da Diretoria Executiva em 02 de outubro de 2013, aprovou a filiação ao SICOOB através da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob. A Administração entende que a filiação permitirá ampliar os produtos e serviços a suas singulares e cooperados.

c) Remuneração paga a administradores

Nas Assembleias Gerais Ordinárias, realizadas anualmente, é estabelecida a remuneração para a Diretoria Executiva e para o Conselho Fiscal. No exercício de 2016 a remuneração dos administradores totalizou R\$

1.065.450 (R\$ 925.573 em 2015). A Cédula de presença por reunião será a conta e paga pela cooperativa singular representada e no respectivo valor daquele pago pela singular de origem representada na central.

21. Gerenciamento de Risco

21.1 - Risco operacional

a) As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

b) O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

c) As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

d) Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

e) A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

f) Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

21.2 – Risco de mercado e de liquidez

a) O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez da Central Sicoob UNI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

b) Conforme preceituam os artigos 2º e 6º da Resolução CMN 4.388/2014, a Central Sicoob UNI aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

c) No gerenciamento dos riscos de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado, de estabelecimento de limites de risco, de testes de stress e de aderência do modelo de mensuração de risco (backtesting).

d) No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

e) Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, a Central Sicoob UNI possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

21.3 – Risco de crédito

- a) O gerenciamento de risco de crédito da Cooperativa objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.
- b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Central Sicoob UNI aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.
- d) Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, a Central Sicoob UNI possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

21.4 – Gerenciamento de capital

- a) A estrutura de gerenciamento de capital da Central Sicoob UNI objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.
- b) Conforme preceitua o artigo 4º da Resolução CMN 4.388/2014, a Central Sicoob UNI aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.
- c) O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:
- I. avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
 - II. planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
 - III. adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.
- d) Adicionalmente, são realizadas simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

22. Coobrigações e riscos em garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2016, a Central Sicoob Uni é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 4.091.336 referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais.

24. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013.

26. Contingências Passivas

A Central Sicoob Uni é parte integrante de processos judiciais no polo passivo no total de R\$ 100.000,00 e amparada na opinião dos assessores jurídicos a probabilidade de perdas é considerada possível.

GOIÂNIA-GO, 31 de dezembro de 2016

Dr. Clidenor Gomes Filho
Diretor Presidente

Dr. Dejan Rodrigues Nonato
Diretor Financeiro

Emerson Gomes Figueiredo
Contador CRC DF 14.458/O-3 "S"
GO